

# FIM DOS EMPREGOS?\*

*Fernando Augusto M. Mattos\*\**

**RESUMO** O objetivo deste texto é reunir evidências empíricas para contestar a idéia segundo a qual estaríamos vivenciando um momento de “fim dos empregos” no capitalismo contemporâneo. A argumentação que apresentamos aqui analisa a evolução histórica de indicadores de produtividade, emprego e desemprego e revela que a persistência de altas taxas de desemprego desde o início da década de 1980 (quando toma corpo a globalização financeira) deve-se, na realidade, às baixas taxas de crescimento econômico nos países capitalistas desenvolvidos e também à desarticulação do contrato social constituído durante os Anos Dourados (1945-1973), que estimulou a geração de empregos através da redução da jornada de trabalho e da criação de postos de trabalho no setor público.

**Palavras-chave:** fim dos empregos; crescimento sem emprego; desemprego; globalização financeira

**Código JEL:** J23

## THE END OF JOBS?

**ABSTRACT** The aim of this article is to gather statistical evidences to contest the idea that the contemporary capitalism has been submitted to a situation of “end of jobs”. The arguments analyse the recent historical evolution of productivity, employment and unemployment and reveals that the persistence of high unemployment rates since the beginning of the 1980’s (when the so-called financial globalization becomes more evident) is due to low economic growth in the developed capitalist countries and also due to the flexibilization of the social contracts celebrated during the Golden Age Era (1945-1973), which had stirred up the criation of employment through the reduction of work-time and the creation of jobs in the public sector of these countries.

**Key words:** end of jobs; jobless growth; unemployment; financial globalization

---

\* Artigo recebido em julho de 2003 e aprovado em maio de 2004.

\*\* Professor e pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação e do Centro de Economia e Administração (CEA) da PUC de Campinas, Rodovia D. Pedro I, km 136, CEP 13086-900, Parque das Universidades, Campinas, SP, Brasil, e-mail: fermatt@uol.com.br

## APRESENTAÇÃO

Os textos mais recentes das Nações Unidas, dedicados a discutir a questão do emprego nos países capitalistas avançados, têm destacado, sistematicamente, que o capitalismo desenvolvido estaria vivendo um período de “*jobless growth*”, ou seja, de “crescimento sem emprego”. Segundo essa interpretação, o desemprego não surgiria da falta de crescimento, mas, pelo contrário, do próprio crescimento, que, baseado na “revolução tecnológica” que estaria atualmente em vigor, e por seus efeitos sobre a economia como um todo, seria poupador de mão-de-obra em escala jamais vista. Tal visão encontra eco em diversos estudiosos do tema, filiados a diferentes interesses e ideologias. Invariavelmente, esses estudiosos, embora muitas vezes discordem ideologicamente em relação a suas respectivas interpretações a respeito do capitalismo, acabam concluindo pela impossibilidade de se criar empregos sob o capitalismo em seu momento atual. Muitos afirmam isso para justificar o elevado desemprego;<sup>1</sup> outros, para dizer que não há saída para o problema do emprego sob o capitalismo.<sup>2</sup> Mas todos acabam por aceitar a idéia segundo a qual as “novas tecnologias” têm acelerado os ganhos de produtividade do trabalho de tal forma que a expansão da economia estaria eliminando (em termos líquidos) postos de trabalho e impedindo a redução das taxas de desemprego.

O surgimento de uma elevada taxa de desemprego nos principais países capitalistas — a partir de meados dos anos 70 e, de forma mais persistente, a partir dos anos 80 — gerou o ambiente para que essas interpretações pessimistas ou conformistas (dependendo do ponto de vista do autor ou da instituição que discute o problema) a respeito do futuro do emprego nas economias capitalistas ganhassem corpo na literatura econômica das últimas décadas. Ao lado da tese do “fim dos empregos” tem-se desenvolvido a do chamado “fim da História”. Ambas, na verdade, são vítimas da falta de uma adequada interpretação das mudanças recentes ocorridas na ordem financeira internacional — que impedem uma avaliação correta das razões pelas quais as economias capitalistas têm enfrentado dificuldades para formular políticas macroeconômicas que as conduzam ao pleno emprego. Ademais, a interpretação fortemente ideologizada da derrocada do mundo socialista no Leste Europeu também turva a análise a respeito do momento atual vivido pelo capitalismo, para não dizer do seu futuro.

Infelizmente, tem faltado a esses analistas que propagandeiam, como dissemos, por motivos diversos, a vigência de um suposto crescimento sem emprego sob a ordem capitalista atual maior rigor na interpretação dos fatos e das estatísticas de emprego e produtividade nos mercados de trabalho dos países capitalistas. Ao lado dessa interpretação mais contraditória de “crescimento sem emprego”, têm sido desenvolvidos argumentos ancilares, entre os quais os que defendem a idéia de que o trabalho tem adquirido importância cada vez menor na vida das pessoas, seja porque as recentes alterações na ordem capitalista têm eliminado a centralidade do trabalho nessas economias, ou porque as pessoas têm podido encontrar, no recebimento de transferências de renda provenientes do Estado, novas alternativas de renda para sua sobrevivência.

O objetivo deste trabalho será examinar, em primeiro lugar, a tese segundo a qual estaríamos passando por uma fase de crescimento sem emprego em razão, basicamente, de uma rápida e persistente expansão dos ganhos de produtividade do trabalho nas economias capitalistas desenvolvidas, que estariam sofrendo, em conseqüência, uma redução dos empregos assalariados ao lado de uma tendência de aumento incessante do desemprego. Em segundo lugar, queremos apresentar argumentos que nos permitam confirmar, ou não, a hipótese segundo a qual os trabalhadores estariam tendo uma nova postura em relação ao trabalho, deixando de colocá-lo como fator fundamental na sua vida social (e econômica). Pretendemos examinar se tem sido possível, conforme muitos apregoam, que uma quantidade cada vez maior de pessoas desfrutem de alternativas, que não a inserção no mercado de trabalho, que lhes garantam uma renda de sobrevivência — geralmente obtida através de uma construção social que define critérios para o usufruto de transferências de renda provenientes dos Estados Nacionais. Em terceiro lugar, recorreremos a uma interpretação da evolução recente dos indicadores de mercado de trabalho e de crescimento econômico, com o intuito de interpretar quais são, historicamente, os fatores que promoveram o aumento das taxas de desemprego nos países capitalistas desenvolvidos. Esse esforço nos permitirá interpretar criticamente, e sob uma perspectiva histórica, a tese de “crescimento sem emprego” e seus desdobramentos. Cada um desses três aspectos que serão examinados comporá uma diferente seção deste artigo. Por fim, nas conclusões, procuraremos reunir os aspectos debatidos ao longo do estudo.

## 1. EVOLUÇÃO RECENTE DO EMPREGO E DO DESEMPREGO NO CAPITALISMO DESENVOLVIDO

A tabela 1 mostra a evolução da PEA e de sua composição nos países da OCDE, com destaque para os países do G7, de 1990 a 2001. As estatísticas revelam que, nos anos mais recentes, tem aumentado continuamente o estoque de pessoas ocupadas<sup>3</sup> no conjunto do mercado de trabalho da OCDE, em função do aumento do total de ocupados tanto no G7 quanto nos demais países capitalistas. O número de desempregados também aumentou, se compararmos os anos extremos do período — mas verifica-se uma queda a partir de 1998, quando os países europeus e outros da OCDE, conforme sabemos, procedem a uma retomada do nível de suas respectivas atividades econômicas.

Portanto, a se considerar por esses números, ainda não dispomos de elementos para afirmar que estaríamos vivendo sob um regime marcado pelo fim dos empregos ou por uma inexorável expansão do estoque de desempregados nos países capitalistas — desenvolvidos ou não. Mas podemos avançar um pouco mais. Na tabela 2, temos a evolução do estoque de trabalhadores assalariados nos países do G7, desde o ano de 1960 até momento recente. Nesse caso, avançamos em relação à tabela anterior, não somente por apresentarmos um período de tempo mais amplo, que nos permite avaliar de forma mais eficiente a tendência apontada pelos respectivos mercados de trabalho dos países desenvolvidos, mas também porque, nessa tabela, destacamos apenas os trabalhadores que tenham vínculo de emprego assalariado, ou seja, uma relação de trabalho capitalista, excluindo os trabalhadores autônomos e os sem remuneração. Os dados da tabela 2 revelam que desde 1960 até meados da década de 1990, aumentou expressivamente o estoque de trabalhadores assalariados nos países do G7. Há diferenças entre os países e estas não são poucas (o gráfico 1<sup>4</sup> as ilustra de forma interessante, e mostra, fundamentalmente, que em todos os países a tendência recente — das últimas quatro décadas — é de crescimento do estoque de assalariados). No caso americano, a expansão do estoque de assalariados foi expressiva durante todo o período. Nos países europeus e no Japão, o estoque ficou quase estagnado especialmente a partir do início da década de 1990. Dados mais recentes indicam que, depois de 1997, com a retomada do nível de atividade na Europa, o estoque de assalariados expandiu-se nesses

**Tabela 1: Força de trabalho, emprego e desemprego na OCDE – 1990-1999 (em milhões de pessoas)**

Indicadores	1990	1992	1994	1996	1998	2000	2001
<b>Força de trabalho</b>							
Sete maiores países	311,1	324,9	328,5	332,8	338,9	343,2	345,4
Total dos países menores	116,9	120,1	149,8	154,6	159	162,9	165,3
Total OCDE	428,0	444,9	478,3	487,5	497,9	506,2	510,7
<b>Número de ocupados</b>							
Sete maiores países	293,7	302,0	305,4	310,3	317,2	322,3	324,2
Total dos países menores	109,2	110,9	135,6	141,4	146,2	151,3	154,0
Total OCDE	402,9	412,9	441	451,7	463,4	473,6	478,2
<b>Número de desempregados</b>							
Sete maiores países	17,4	22,8	23	22,6	21,6	20,9	21,2
Total dos países menores	7,7	9,2	14,2	13,3	12,8	11,6	11,2
Total OCDE	25,1	32	37,2	35,9	34,4	32,5	32,4

Fonte: OCDE, *Economic Outlook*.

**Tabela 2: Total de assalariados nos países que compõem o G7 – 1960-1997 (em milhares)**

Anos	EUA	Japão	Alemanha	França	Itália	Reino Unido	Canadá
1960	55.179	23.700	20.038	12.886	11.694	21.894	5.003
1966	63.627	29.940	21.284	14.719	11.997	23.253	6.297
1970	70.645	33.060	21.747	15.941	12.811	22.479	7.004
1976	80.519	37.120	21.980	17.274	13.888	22.557	8.823
1980	89.950	39.710	23.366	17.752	14.499	22.991	10.003
1990	108.338	48.350	24.962	19.151	15.133	22.770	11.896
1993	109.656	52.020	32.357	19.064	14.517	21.682	11.625
1994	112.232	52.360	32.095	19.106	14.280	21.790	11.843
1995	114.262	52.630	32.046	19.638	14.164	22.054	12.067
1996	116.040	53.220	31.984	19.744	14.246	22.422	12.125
1997	118.873	53.910	31.555	19.865	14.306	22.886	12.288

Fonte: OCDE, *Annual Labor Force Statistics*.

países,<sup>5</sup> promovendo inclusive uma retração das respectivas taxas de desemprego entre meados de 1997 e meados de 2000 (tabela 3).

A retração econômica que vitimou os países capitalistas desenvolvidos a partir do início da década de 1980 promoveu forte ampliação das taxas de desemprego nos mesmos, que atingiram níveis então inéditos desde o pós-guerra. Entretanto, deve-se destacar que, no final da década de 1990, quando houve um período curto mas inequívoco de recuperação do nível de atividade econômica nos países que haviam sido mais prejudicados pela desaceleração pós-1980 — a saber, os países europeus continentais — ocorreu uma significativa redução das suas respectivas taxas de desemprego (tabe-

la 3) — o que, no mínimo, coloca em xeque as hipóteses “gêmeas” de que estaríamos diante de uma etapa do capitalismo de “crescimento sem emprego” e de expansão inexorável e contínua do desemprego.

Para o que nos interessa neste artigo, podemos afirmar que, nas duas últimas décadas, em que pese a deterioração dos indicadores de mercado de trabalho dos principais países capitalistas, não se pode afirmar que tenha se consolidado uma forte tendência de redução do estoque de empregos ou do

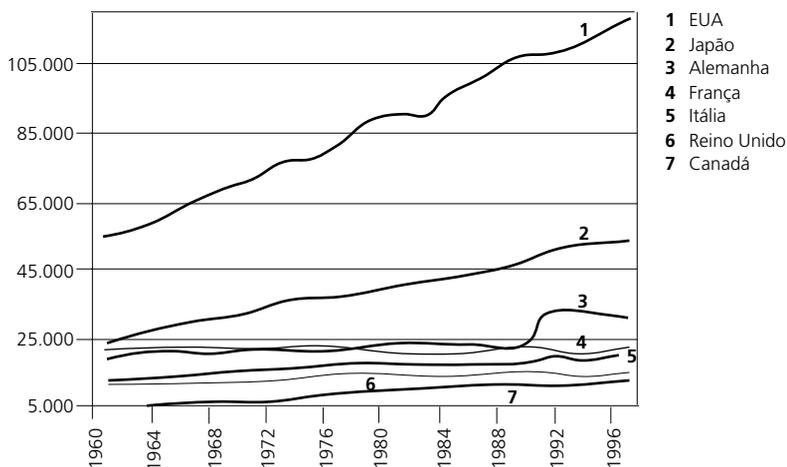
**Tabela 3: Evolução recente da taxa de desemprego padronizada**

Quadrimestre e ano	EUR 11 <sup>1</sup>	EUR 4 <sup>2</sup>	Alemanha	França	Itália
Q2/1996	11,6	10,3	8,8	12,3	11,7
Q4/1996	11,6	10,3	9,2	12,4	11,6
Q2/1997	11,6	10,3	9,8	12,2	11,7
Q4/1997	11,4	10,1	10,1	11,8	11,8
Q2/1998	11,0	9,9	9,6	11,7	11,9
Q4/1998	10,6	9,7	8,9	11,5	11,8
Q2/1999	10,0	9,4	8,7	11,2	11,4
Q4/1999	9,7	9,1	8,7	10,8	11,2
Q1/2000	9,5	8,9	8,5	10,3	11,1
Q2/2000	9,2	8,7	8,4	9,8	11,0

Fonte: OCDE.

<sup>1</sup>Onze países da Comunidade Européia. <sup>2</sup>Alemanha, França, Itália e Reino Unido (média aritmética simples).

**Gráfico 1: Total de trabalhadores assalariados nos países do G7 (em milhões de pessoas)**



conjunto de ocupados nos mercados de trabalho dos países capitalistas desenvolvidos (nem mesmo nos demais países da OCDE).

Para finalizar esta seção, apresentamos os dados da tabela 4, que revelam que nem mesmo no que se refere ao emprego industrial poderíamos afirmar que esteja havendo uma significativa redução do estoque dos empregos, ou, o que seria mais dramático, um processo de “fim dos empregos” (industriais, no caso). Não resta a menor dúvida que a participação relativa do emprego industrial no conjunto das ocupações dos países tem-se reduzido, conforme apontam diversos estudos da literatura especializada. Mas o exemplo americano, o país capitalista mais desenvolvido, revela que o setor industrial ainda tem criado postos de trabalho sob o capitalismo atual<sup>6</sup> — embora, evidentemente, a evolução do estoque dessa forma de ocupação não esteja imune às oscilações típicas do sistema capitalista de produção. No caso da União Européia, houve sem dúvida uma redução do estoque de empregos industriais, mas não se pode afirmar categoricamente que esteja sendo trilhado, nesses países, um caminho de fim dos empregos industriais. Em períodos de retomada da atividade econômica, como ocorreu entre 1960 e 1970, ou mesmo na recuperação econômica da segunda metade da década de 1980, o estoque de empregos assalariados na indústria expandiu-se, o que não nos permite afirmar que seja inexorável a redução da quantidade, em termos absolutos, de postos de trabalho assalariados no setor industrial.<sup>7</sup>

**Tabela 4: Emprego total na indústria nos EUA e União Européia – 1960-1997 (em milhares de empregados)**

Anos	EUA	União Européia
1960	23.198	50.061
1965	25.211	53.082
1970	27.029	53.681
1980	30.315	50.403
1985	30.048	45.294
1990	31.123	47.152
1995	29.984	44.808
1996	30.215	44.765
1997	30.950	44.713

Fonte: OCDE, *Quarterly Labour Force Statistics*.

## 2. CONSTRUÇÃO SOCIAL E PAPEL DO MUNDO DO TRABALHO

Um argumento bastante encontrado na literatura especializada na questão do trabalho em todas as áreas das ciências sociais é aquele segundo o qual, sob os condicionantes ideológicos, culturais e/ou comportamentais impostos pela etapa atual de acumulação capitalista (genericamente chamados de “globalização”), ou mesmo dadas as novas oportunidades (supostamente) abertas por novas formas de socialização, o trabalho estaria sendo cada vez menos considerado pelas pessoas como fator central para a socialização e a sobrevivência. Há poucos estudos estatísticos e raríssimas pesquisas empíricas para sustentar (ou não) esses argumentos. Recentemente, a OIT<sup>8</sup> publicou o resultado de uma pergunta cujas respostas têm sido auferidas desde 1984 na Grã-Bretanha. Infelizmente, não temos conhecimento de pesquisa semelhante que tenha sido feita em outros países, seja para esse ou para outro período. Mas os dados revelados no quadro 1, especialmente se levarmos em conta que foram apurados em um país que reúne a maior parte dos defensores da idéia do “fim do trabalho” ou do “fim da centralidade do trabalho”, nos permitem questionar essa hipótese. Entre 1984 e 1993, aumentou (ao contrário do que muitos poderiam esperar) de forma significativa a parcela de pessoas que respondem *afirmativamente* à questão proposta pela enquete: “Se você dispusesse de um rendimento que, segundo sua avaliação, fosse suficiente para que você pudesse deixar de trabalhar, você, mesmo assim, desejaria ter um emprego remunerado?”. Além de destacar o aumento do peso das respostas afirmativas, devemos sublinhar que é expressivo o percentual de pessoas que respondem afirmativamente à pergunta proposta, revelando inequivocamente a importância que as pessoas conferem ao emprego remunerado.

**Quadro 1: Importância atribuída ao emprego no Reino Unido – 1984-1993**

Respostas à questão: “Se você dispusesse de um rendimento que, segundo sua avaliação, fosse suficiente para que você pudesse deixar de trabalhar, você, mesmo assim, desejaria ter um emprego remunerado?”

	(em % das respostas)				
	1984	1985	1986	1989	1993
Sim	69	72	72	74	74
Não	29	27	26	25	24

Fonte: B. Hedges: “Work in changing climate”, *British Social Attitudes: The 11<sup>th</sup> Report (Social and Community Planning Research, 1994)*, p. 41, apud: “L’Emploi dans le monde — 1996/97”. Bureau International du Travail (BIT), Genebra, p. 39.

Alguns autores entre aqueles que defendem a idéia de que as pessoas hoje dependem menos do trabalho para a sua sobrevivência argumentam que a constituição do Estado de Bem-estar Social e suas formas de transferência de rendimentos garantem que parcelas crescentes dos integrantes das sociedades capitalistas possam usufruir rendimentos sem necessitar participar do mercado de trabalho. Se isso foi verdade por algum tempo durante o pós-guerra (especialmente nas décadas de 1950 e de 1960, quando se consolidaram sistemas de Welfare State nos países capitalistas desenvolvidos), não se pode afirmar o mesmo para os tempos mais recentes. O que temos visto nas últimas décadas, na verdade, é uma crescente deterioração do gasto público, ou seja, um aumento da parcela do gasto público que se destina ao pagamento de juros relacionados às respectivas Dívidas Internas dos países e uma conseqüente redução (ou estagnação relativa) das transferências sociais, conforme apontam as tabelas 5 e 6.

O aumento dos valores absolutos das transferências sociais representa, muitas vezes, mais um sintoma da própria crise que acomete os mercados de trabalho (alto e persistente desemprego, ao lado da proliferação de ampla gama de situações ocupacionais precárias),<sup>9</sup> resultando em gastos maiores com seguro-desemprego do que com a constituição de uma nova ordem social que permitisse a um número maior de pessoas desfrutar de rendimentos provenientes dos Estados de Bem-estar Social que lhes criassem a possibilidade de optar pela não-entrada no mercado de trabalho — podendo, assim, usufruir mais tempo livre.

Deve-se destacar, ainda, que uma das formas mais importantes de transferência de renda do Estado de Bem-estar para os trabalhadores/cidadãos — qual seja, o seguro-desemprego — tem sido continuamente flexibilizada nos principais países desenvolvidos, seja pela redução dos valores reais dos benefícios, seja pela ampliação de restrições em suas regras de adesão, ou então, se não há mudanças das regras, pela própria ampliação da informalidade dos mercados de trabalho, o que muitas vezes restringe o número de trabalhadores (em termos absolutos ou relativos, dependendo da extensão da informalidade) que podem se habilitar a receber os recursos transferidos pelos sistemas nacionais de seguro-desemprego — ou por uma combinação de ambos os fatores (que é o que ocorre de forma mais comum). Recente estudo publicado pelo Economic Policy Institute (Wenger, 2001) revela que

**Tabela 5: Peso dos juros líquidos pagos pela administração pública – 1980-1994  
(em % das despesas públicas totais)**

País	1980	1985	1990	1992	1993	1994
EUA	3,9	6,2	6,3	6,3	6,0	6,1
Japão	3,3	5,5	1,7	0,8	0,7	0,7
Alemanha	2,7	4,9	4,6	5,3	5,6	6,1
França	1,8	3,9	4,8	5,5	5,9	6,2
Itália	11,1	14,5	17,1	20,4	21,1	21,1
Reino Unido	7,3	7,7	5,9	4,3	5,8	6,9
Canadá	4,9	8,9	11,8	10,8	10,2	9,6
Total	4,2	6,5	5,9	5,9	6,0	6,2

Fonte: OCDE, *Economic Outlook*.

o sistema de seguro-desemprego dos EUA tem sofrido, especialmente na década de 1990, contínuos processos de restrição, reduzindo-se a rede de trabalhadores de fato protegidos por seus mecanismos de transferência de renda. Essa deterioração do sistema de seguro-desemprego, na verdade, já vinha ocorrendo desde a década de 1980 (tabela 7) e não se resume ao caso dos EUA, incluindo também os demais países capitalistas desenvolvidos (tabela 8). O pior é que tal fenômeno tem ocorrido, na maior parte dos casos, exatamente em um momento histórico marcado pela expansão do desemprego, o que potencializa a quantidade de deserdados e excluídos dos mercados de trabalho que precisam, então, recorrer a diversas formas de trabalho precário para poderem sobreviver. Daí a ampliação da precariedade e da informalidade dos mercados de trabalho dos países capitalistas desenvolvidos nas duas últimas décadas (pelo menos), conforme atestam diversos estudos,<sup>10</sup> uma vez que a ampliação do desemprego e o desmonte (relativo) dos mecanismos de proteção social compelem uma grande quantidade de trabalhadores a terem de aceitar condições precárias de trabalho para poderem sobreviver.

A deterioração do perfil do gasto público (em detrimento dos gastos sociais) e a ampliação das taxas de desemprego originaram um discurso (que depois foi posto em prática) em favor da flexibilização das leis trabalhistas, vista como alternativa para a redução da taxa de desemprego e adequada à crise fiscal que atinge a maioria dos países capitalistas desde meados da década de 1970.<sup>11</sup>

Portanto, ao contrário do que parecem crer alguns autores partidários da tese segundo a qual estaríamos vivendo num mundo em que o trabalho

**Tabela 6: Evolução dos gastos sociais feitos pelo setor público\* – 1993-1997 (em % do PIB)**

Países	1993	1995	1997
Bélgica	26,2	25,4	25,8
Canadá	n.d.	19,3	17,8
Rep. Checa	19,2	18,8	19,3
Dinamarca	28,0	27,7	26,7
Alemanha	29,0	25,8	25,5
Irlanda	n.d.	18,1	16,7
Itália	n.d.	23,6	24,1
Holanda	23,2	21,4	20,2
Suécia	32,8	29,2	28,5
Reino Unido	21,1	22,7	21,1
Estados Unidos	15,6	15,6	15,0

Fonte: OCDE (2001), *Occasional Papers*, 52.

\* Líquidos de impostos e taxas pagos pelos receptores das transferências sociais.

Notas: Os valores não incluem benefícios e transferências feitas por entidades privadas. Os gastos sociais incluem diversos tipos de desembolsos do setor público, a saber: benefícios para idosos, pensões, aposentadorias, benefícios pagos a pessoas doentes ou afastadas do emprego por doença, transferências pagas a famílias ou pessoas com insuficiência de renda, gastos com o sistema de saúde, gastos com seguro-desemprego, e também gastos realizados com políticas ativas de mercado de trabalho.

**Tabela 7: Desempregados com seguro-desemprego nos EUA – 1980-1989**

Anos	(%)
1980	50
1981	41
1986	33
1987	32
1988	32
1989	33

Fonte: Ministério do Trabalho dos EUA.

**Tabela 8: Indicadores da intensidade do esforço de indenização do desemprego<sup>1</sup> – 1990-1998**

Países	Indicadores			Var. tx. des. <sup>2</sup>
	1990	1996	1998	1990-1998
Holanda	0,42	0,66	0,78	-2,2
Dinamarca	0,41	0,37	0,36	-2,6
Áustria	0,27	0,30	0,25	1,5
Alemanha	0,22	0,27	0,24	4,6
Suécia	0,32	0,24	0,23	6,5
Irlanda	0,20	0,20	0,13	-5,6
Reino Unido	0,12	0,15	n.d.	-0,8
França	0,15	0,12	n.d.	2,7
Espanha	0,15	0,1	0,09	2,6

Fonte: OCDE, *apud* Freyssinet (1999).

<sup>1</sup> Razão entre a porcentagem do PIB destinada ao sistema de seguro-desemprego e a taxa de desemprego. <sup>2</sup> Variação da taxa de desemprego-padrão entre 1990 e 1998, em pontos percentuais.

**Tabela 9: Participação do emprego em tempo parcial e do emprego sob contrato de duração determinada no conjunto dos ocupados da União Européia e principais países europeus – 1975-1998 (em % da ocupação total)**

Países e indicadores	1980	1990	1991	1994	1996	1997	1998
<b>União Européia (E15)</b>							
Tempo parcial	13,0	13,7	13,7	15,6	16,4	16,9	17,4
Contrato de duração determinada	8,4	10,3	10,4	11,0	11,8	12,2	12,8
<b>Alemanha</b>							
Tempo parcial	12,8	15,2	14,1	15,8	16,5	17,5	18,3
Contrato de duração determinada	10,0	10,5	10,1	10,3	11,1	11,7	12,3
<b>França</b>							
Tempo parcial	10,9	11,9	12,1	14,9	16	16,8	17,3
Contrato de duração determinada	4,7	10,5	10,2	11,0	12,6	13,1	13,9
<b>Itália</b>							
Tempo parcial	5,3	4,9	5,5	6,2	6,6	7,1	7,3
Contrato de duração determinada	4,8	5,2	5,4	7,3	7,5	8,2	8,6
<b>Reino Unido</b>							
Tempo parcial	21,2	21,7	22,2	23,8	24,6	24,9	24,9
Contrato de duração determinada	7,0	5,2	5,3	6,5	7,1	7,4	7,1

Fonte: Comissão Européia (1999), *L'Emploi en Europe*.

Nota: A partir de 1991 (inclusive), os dados incorporam informações da ex-Alemanha Oriental.

torna-se cada vez menos importante para a vida social e para a sobrevivência das pessoas, o que se passa é uma contínua deterioração das condições de trabalho e também uma busca cada vez mais desesperada de trabalho como a única alternativa de sobrevivência para uma parcela cada vez maior das pessoas, dada a progressiva exaustão dos mecanismos de transferência de renda do Estado de Bem-estar aos cidadãos.

Na próxima seção, vamos avaliar a evolução de diversos indicadores de mercado de trabalho e de crescimento econômico, de forma a avaliar as verdadeiras causas do aumento das taxas de desemprego nos países capitalistas desenvolvidos nas últimas décadas.

### **3. EVOLUÇÃO DA PRODUTIVIDADE DO TRABALHO E GERAÇÃO DE EMPREGOS NO CAPITALISMO DESENVOLVIDO DESDE O PÓS-GUERRA**

A tabela 10 demonstra que as taxas médias de crescimento do PIB nos principais países capitalistas sofreram uma forte desaceleração nas três últimas décadas, rompendo a trajetória de elevado crescimento que marcara os chamados Anos Dourados do capitalismo (1950-1973) — período que, confor-

**Tabela 10: Taxas médias anuais de crescimento do PIB por período – 1870-1998 (em %)**

Países	1820-1870	1870-1913	1913-1950	1950-1973	1973-1986	1990-1998
EUA	4.2	4.2	2.8	3.9	2.5	2.5
Grã-Bretanha	2.0	1.9	1.3	3.0	1.4	1.9
Alemanha	2.0	2.8	1.3	6.0	1.9	2.4
França	1.3	1.6	1.1	5.2	3.2	1.7
Itália	n.d.	1.5	1.4	5.6	2.3	1.3
Japão	0.3	2.5	2.2	9.2	3.7	1.1

Fonte: Maddison (1989). No período 1990-1998, dados da OCDE.

me podemos constatar, representou uma exceção na história do capitalismo (Hobsbawm, 1995).

Ao mesmo tempo, as respectivas taxas de desemprego nos países em questão assumiram, desde meados dos anos 1970, patamares inéditos para os padrões definidos no momento em que a reconstrução europeia estava consolidada (tabela 11). Podemos perceber que, a partir de meados dos anos 70, as taxas de desemprego sofrem uma importante inclinação e decididamente assumem um alto patamar no início dos anos 80, quando a economia internacional entra em recessão. O recuo das taxas de desemprego foi modesto ao longo da década de 1980, passando as taxas a se posicionar em novo patamar (ainda mais elevado) no início da década de 1990, mantendo-se nessa posição ao longo da maior parte da década (conforme já vimos, elas se reduziram nitidamente entre meados de 1997 e meados de 2000).<sup>12</sup>

As persistentemente altas taxas de desemprego e a crise social que a elas se associou, especialmente nos países europeus,<sup>13</sup> geraram o ambiente propício para que surgissem diversas interpretações acerca do fenômeno do desemprego, entre as quais se tornaram bastante presentes aquelas que associavam o desemprego aos supostos efeitos inexoráveis das novas tecnologias e a uma situação histórica de “fim dos empregos” (Rifkin, 1995), conforme já mencionamos na apresentação deste artigo.

Nas tabelas e gráficos a seguir, pretendemos interpretar as causas do aumento das taxas de desemprego nos países capitalistas desenvolvidos, com o intuito de examinar a hipótese segundo a qual o capitalismo estaria passando por uma fase de “crescimento sem emprego”, em virtude de supostos ganhos expressivos de produtividade que impediriam a criação de novos postos de trabalho em magnitude suficiente para absorver a mão-de-obra que entra nos mercados dos países capitalistas a cada ano.

**Tabela 11: Taxa de desemprego – 1965-1999**

	Alemanha	França	Itália	R. Unido	EUA	Com. Européia*
1965	0,5	1,5	4,0	1,3	4,5	
1973	1,0	2,7	4,7	2,1	4,9	2,4
1974	2,1	2,9	3,9	2,2	5,6	2,6
1975	4,0	4,0	4,3	3,6	8,5	3,8
1980	3,2	6,2	5,6	6,1	7,2	5,6
1981	4,5	7,4	6,3	9,1	7,6	7,2
1982	6,4	8,0	6,9	10,4	9,7	8,5
1986	7,7	10,4	9,9	11,8	7,0	10,4
1987	7,6	10,5	10,2	10,2	6,2	10,1
1991	6,7	9,4	8,6	8,2	6,8	8,3
1992	7,7	10,4	8,8	10,2	7,5	9,6
1993	8,8	11,7	10,2	10,3	6,9	11,3
1994	9,6	12,2	11,3	9,4	6,1	12,2
1997	11,4	12,4	12,3	6,9	4,9	12,4
1998	11,2	11,8	12,2	6,5	4,6	11,7
1999	10,8	11,2	12,1	7,4	5,0	11,3

Fonte: OCDE, *Economic Outlook*.

\* Comunidade Européia (exceto Grã-Bretanha, Dinamarca, Grécia e Suécia).

Desde logo, deve-se descartar uma explicação demográfica para a expansão do desemprego nos países desenvolvidos capitalistas nas décadas mais recentes. Como se sabe, nesses países a população em idade ativa tem tido crescimento a taxas decrescentes nas últimas décadas (quando não crescimento nulo ou mesmo, em alguns casos, taxas negativas). Ademais, a taxa de participação (PEA/PIA) pouco tem se alterado nos países considerados, conforme se pode visualizar na tabela 12. Portanto, podemos descartar, na explicação da expansão das taxas de desemprego nos países capitalistas desenvolvidos, tanto a ocorrência de uma pressão demográfica, como também uma eventual expansão da taxa de participação da população em idade ativa nos mercados de trabalho. Os países em que ocorreu expansão da taxa de participação, EUA e Grã-Bretanha, foram exatamente aqueles nos quais a taxa de desemprego menos cresceu. Na França e na Itália, por exemplo, houve mesmo uma redução da taxa de participação, o que, em princípio, poderia até ter colaborado para a redução do excedente de mão-de-obra nesses mercados de trabalho.

Uma outra explicação para a expansão do desemprego nos países capitalistas poderia estar no comportamento da produtividade média do traba-

**Tabela 12: Taxa de participação – 1960-1977**

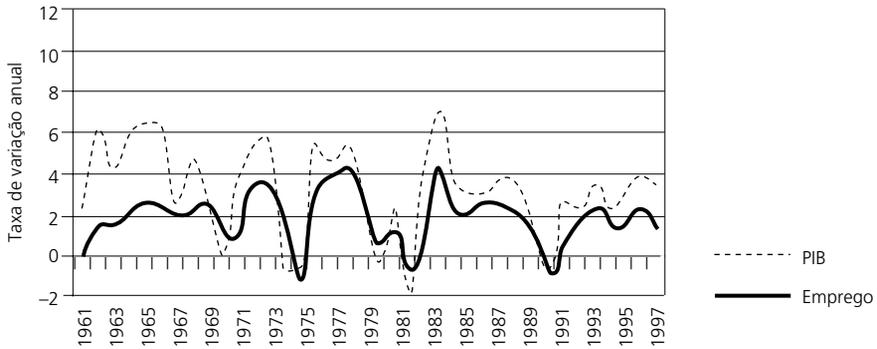
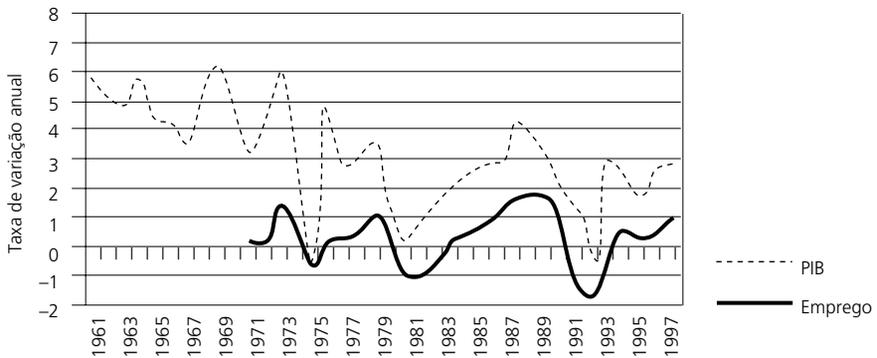
Anos	Alemanha	França	Itália	Reino Unido	EUA	Japão
1960	70,3	70,4	66,6	72,0	66,2	74,6
1970	69,5	67,8	59,5	72,4	66,8	71,5
1990	69,1	66,5	62,7	75,8	77,5	74,1
1996	71,4	67,1	59,7	74,8	77,7	77,0
1997	71,1	67,1	59,7	75,9	78,3	78,0

Fonte: OCDE, *Annual Labour Force Statistics*.

lho. Esta é uma explicação bastante encontrada em ensaios e discursos que tratam do tema do desemprego. Trata-se, na verdade, conforme já comentamos, do fundamento básico sobre o qual se apóia a tese do “crescimento sem emprego”, que seria, segundo seus defensores, uma marca inequívoca da economia capitalista nos tempos atuais, uma vez que as supostas “novas tecnologias” poupariam trabalho, atualmente, de forma mais intensa do que em épocas pretéritas. Para os defensores da tese do “crescimento sem emprego”, o cenário internacional marcado pela facilidade dos movimentos dos fatores de produção, assim como a globalização da concorrência, impulsionaria essa “nova economia” baseada nas novas técnicas produtivas e em novos setores de atividade, que teriam na alta produtividade e na alta penetração de seus produtos/serviços nos diferentes setores produtivos a sua marca mais significativa, produzindo um resultado indelével de prosperidade econômica sem geração de empregos.

Devemos destacar, entretanto, que a explicação apresentada acima não encontra sustentação nos fatos e nos dados. Para resumir nosso argumento, podemos mostrar os gráficos 2 e 3, em que temos, primeiro para os EUA, e depois para a União Européia, a evolução das respectivas taxas de crescimento do PIB e do emprego de 1960 a 1998.

Os gráficos mostram que a taxa de variação da produtividade média anual do trabalho (medida simplesmente como a relação entre a taxa de crescimento do produto dividida pela taxa de crescimento do estoque de ocupados, a cada ano) tem tido trajetória decrescente nas últimas décadas (no caso dos EUA, houve uma ligeira recuperação da taxa de crescimento da produtividade média do trabalho na segunda metade da década de 1990, mas os resultados sequer se aproximam de 50% do crescimento da produtividade média do trabalho obtida nas décadas de 1960 e 1970). A redução do

**Gráfico 2: Taxa de variação anual do PIB e do emprego (em %) – EUA****Gráfico 3: Taxa de variação anual do PIB e do emprego (em %) – Europa dos 11**

ritmo de crescimento da produtividade pode ser facilmente visualizada pela redução da distância entre as duas curvas ao longo das quatro últimas décadas do século XX em ambos os gráficos.

Dessa forma, parece que, embora tenham surgido tantas novas tecnologias no capitalismo das décadas mais recentes, isso não promoveu, no conjunto da atividade econômica dos principais países capitalistas, ganhos de produtividade maiores do que nas décadas dos chamados Anos Dourados do capitalismo. Pelo contrário, os dados mostram uma inequívoca redução das taxas de crescimento da produtividade média do trabalho nas décadas de 1980 e 1990 nos países capitalistas desenvolvidos.

Na tabela 13, elaboramos um outro indicador de produtividade: trata-se, nesse caso, da evolução da produtividade média horária do trabalho, ou

seja, colocaremos sob investigação a produtividade tal qual avaliada acima, acrescida dos efeitos das alterações na jornada de trabalho cumprida pelo conjunto de trabalhadores. O que se nota pelas estatísticas é uma confirmação da afirmação feita no início desta seção, ou seja, as informações da tabela 13 referendam a afirmação segundo a qual o progresso técnico dos anos 60 e 70 avançou mais do que nas décadas mais recentes; em outras palavras, podemos afirmar que nos Anos Dourados do capitalismo (1960-1973) foi possível conjugar altas taxas de crescimento da produtividade do trabalho com taxas relativamente altas de geração de emprego<sup>14</sup> (tabela 14), ao contrário do que tem ocorrido desde 1980, quando a geração de emprego tem apresentado baixo dinamismo, a despeito da redução da taxa de crescimento da produtividade do trabalho.

Não há, portanto, uma disjuntiva entre aumento da produtividade e criação de empregos (ou de postos de trabalho).<sup>15</sup> A história recente do capitalismo revela que é possível (e desejável) conjugar ganhos expressivos de

**Tabela 13: Taxa média anual de crescimento da produtividade horária do trabalho\* – 1960-1998**

Países	1960-1973	1973-1980	1980-1990	1990-1998
Alemanha	5,2	3,2	2,4	3,0
França	5,1	3,0	2,9	1,8
Itália	6,5	3,2	2,4	1,8
R. Unido	4,0	2,2	2,0	2,3
EUA	2,6	0,5	0,7	1,3
Euro 11**	5,3	3,3	2,5	2,3
Euro 4***	5,1	3,0	2,4	2,4

Fonte: OCDE. Elaboração própria.

\* Medida como PIB por homem-hora ocupado. \*\* Países da Comunidade Européia, exceto Grã-Bretanha, Dinamarca, Grécia e Suécia. \*\*\* Itália, Alemanha, Grã-Bretanha e França.

**Tabela 14: Taxa média anual de crescimento do emprego por período\* – 1950-1997**

Países	1950-1973**	1960-1973	1960-1970	1970-1980	1980-1990	1990-1997
EUA	1,60	2,00	1,8	2,36	1,81	1,25
Grã-Bretanha	0,50	0,34	0,30	0,25	0,64	-0,04
Alemanha	1,10	0,20	0,08	0,14	0,54	3,39
França	0,50	0,99	1,01	0,89	0,64	0,53
Itália	0,90	-0,49	-0,53	0,56	0,44	-0,81

Fonte: *Quarterly Labour Force Statistics* (vários anos).

\* Total da ocupação civil. \*\* Dados de Maddison (1989).

Nota: A partir de 1990, os dados da Alemanha incorporam empregos da antiga Alemanha Oriental.

**Tabela 15: Taxas média de variação anual dos componentes da taxa de desemprego (em %) – 1960-1973**

	Taxa de desemprego em 1960	Taxa de desemprego em 1973	Variação anual média da taxa de desemprego	Produtividade horária do trabalho	Jornada de trabalho	População em idade ativa (15 a 64 anos)	Taxa de particip. <sup>1</sup>	PIB
Alemanha	1,0	1,0	0,00	5,2	-1,1	0,4	-0,1	4,4
França <sup>2</sup>	1,5	2,7	0,09	5,1	-0,7	0,9	0,1	5,2
Itália	4,2	4,7	0,04	6,5	-0,8	0,6	-1,0	5,2
R. Unido	1,4	2,1	0,05	4,0	-0,8	0,2	-0,1	3,2
EUA	5,5	4,9	-0,05	2,6	-0,3	1,7	0,3	4,3
Euro 11 <sup>3</sup>	2,4	2,6	0,01	5,3	-1,1	0,5	0,1	4,8
Euro 4 <sup>4</sup>	1,7	2,5	0,06	5,1	-0,8	0,4	-0,2	4,4

Fonte: CD-OCDE *Statistical Compendium* (1991/1). Elaboração própria.

<sup>1</sup> Definida como a relação entre a força de trabalho e a população em idade ativa (15 a 64 anos).

<sup>2</sup> Os dados da França iniciam-se em 1965.

<sup>3</sup> Comunidade Européia menos Reino Unido, Suécia, Dinamarca e Grécia (entre 1965 e 1973).

<sup>4</sup> Os quatro países mais importantes da Europa: Alemanha, França, Itália e Reino Unido (entre 1965 e 1973).

produtividade derivados do progresso técnico com aumento do estoque de empregos — ou seja, o progresso tecnológico, quando faz parte de um cenário macroeconômico favorável, marcado pelo dinamismo dos investimentos produtivos e pela expansão do consumo, é na verdade indutor do emprego, e não gerador de desemprego. Além disso, é forçoso sublinhar que a taxa de crescimento da produtividade do trabalho, nas décadas de 1980 e 1990, tem sido *menor* do que nas demais décadas do pós-guerra, não podendo, portanto, ser considerada responsável pela ampliação do desemprego quando analisado de forma ampla (ou seja, em termos microeconômicos estáticos, pode-se afirmar que a máquina tira o lugar de um ou mais trabalhadores, mas, em termos macroeconômicos, a geração de empregos será positiva sempre que a produção crescer acima dos ganhos de produtividade). A ampliação da taxa de desemprego ocorrerá dependendo não apenas do ritmo de criação de empregos, evidentemente, mas também da interação dessa variável com o ritmo de crescimento da população em idade ativa e da taxa de participação. Estas duas últimas variáveis, é forçoso repetir, não têm apresentado comportamento, nos países capitalistas desenvolvidos, que promova aumento da taxa de desemprego — pelo contrário, têm tido trajetórias que, em princípio, são mais favoráveis à redução do excedente de mão-de-obra que se apresenta aos respectivos mercados de trabalho nacionais do que ocorria nas décadas de 1950, 1960 e mesmo de 1970.

**Tabela 16: Taxas média de variação anual dos componentes da taxa de desemprego (em %) – 1990-1998**

	Taxa de desemprego em 1990	Taxa de desemprego em 1998	Variação anual média da taxa de desemprego	Produtividade horária do trabalho	Jornada de trabalho	População em idade ativa (15 a 64 anos)	Taxa de particip. <sup>1</sup>	PIB
Alemanha <sup>2</sup>	6,7	11,2	0,7	3,0	-0,4	0,2	-0,5	1,6
França	8,9	11,8	0,4	1,8	-0,3	0,3	0,2	1,6
Itália	9,1	12,2	0,4	1,8	-0,1	0,1	-0,2	1,2
R. Unido	5,9	6,5	0,1	2,3	-0,2	0,3	-0,2	2,1
EUA	5,6	4,5	-0,1	1,3	0,1	1,0	0,2	2,6
Euro 11 <sup>3</sup>	8,6	11,7	0,4	2,3	-0,3	0,3	-0,1	2,1
Euro 4 <sup>4</sup>	7,8	10,4	0,4	2,4	-0,3	0,2	-0,1	2,0

Fonte: *CD-OCDE Statistical Compendium* (1991/1). Elaboração própria.

<sup>1</sup> Definida como a relação entre a força de trabalho e a população em idade ativa (15 a 64 anos).

<sup>2</sup> Os dados iniciam-se em 1991, já incluindo dados da antiga Alemanha Oriental.

<sup>3</sup> Comunidade Européia menos Reino Unido, Suécia, Dinamarca e Grécia;

<sup>4</sup> Os quatro países mais importantes da Europa: Alemanha, França, Itália e Reino Unido.

OB5.: Os dados dos agregados europeus iniciam-se em 1991, de modo a excluir efeitos da unificação alemã.

O fato mais marcante que diferencia o comportamento das economias capitalistas desenvolvidas nas décadas mais recentes do seu comportamento durante os chamados Anos Dourados do capitalismo é o desmonte relativo da construção social que havia permitido a conjugação de crescimento econômico com pleno emprego.

As tabelas 15 e 16 trazem um exercício de decomposição da taxa de desemprego<sup>16</sup> para dois períodos importantes: 1960-1973, representando os Anos Dourados do capitalismo, e 1990-1998, representando o período mais recente de expansão da taxa de desemprego. Comparando-se a evolução dos indicadores escolhidos para a decomposição, deduz-se que, nos Anos Dourados, a redução acelerada da jornada média de trabalho teve papel fundamental para a manutenção de uma baixa taxa de desemprego no período. A taxa de desemprego não aumentou entre 1960 e 1973, apesar das elevadas taxas de variações médias anuais da produtividade horária do trabalho. Entre 1990 e 1998 (tabela 16), houve aumento expressivo da taxa de desemprego nos países europeus, especialmente em razão do fraco crescimento do PIB e da forte desaceleração da redução da jornada de trabalho (que já vinha ocorrendo desde a década de 1980, conforme lembram trabalhos de Husson citados na bibliografia). Essa desaceleração da redução da jornada média de trabalho é ainda mais significativa se comparada com o que ocorria durante os chamados Anos Dourados.

Tabela 17: Total de empregos públicos e de empregos do setor privado\* – 1960-1997

Países	Total de empregos							Variação					TCMA	
	1960	1980	1990	1997	1960-1980	1997-1990	1997-1980	1960-1980	1997-1990	1997-1980	1960-1980	1997-1990	1997-1980	
Setor privado														
Alemanha <sup>1</sup>	23.803	23.051	24.174	28.767	-752	4.593	5.716	-0,1	1,8	1,3	1,8	1,8	1,3	
França <sup>2</sup>	16.810	17.562	17.520	16.921	752	-599	-641	0,5	-0,3	-0,2	-0,3	-0,3	-0,2	
Itália	18.493	17.538	17.392	16.580	-955	-812	-958	-0,2	-0,5	-0,3	-0,5	-0,5	-0,3	
R. Unido	21.408	19.794	21.795	23.248	-1.614	1.453	3.454	-0,4	0,6	1,0	0,6	0,6	1,0	
EUA	57.253	83.061	100.489	109.996	25.808	9.507	26.935	1,9	0,9	1,7	0,9	0,9	1,7	
Setor público														
Alemanha <sup>1</sup>	2.098	3.929	4.305	5.195	1.831	890	1.266	3,2	1,9	1,7	1,9	1,9	1,7	
França <sup>2</sup>	3.346	4.445	5.128	5.611	1.099	483	1.166	2,9	0,9	1,4	0,9	0,9	1,4	
Itália	1.829	3.193	3.628	3.506	1.364	-122	313	2,8	-0,3	0,6	-0,3	-0,3	0,6	
R. Unido	3.660	5.349	5.267	3.644	1.689	-1.623	-1.705	2,2	-3,6	-2,2	-3,6	-3,6	-2,2	
EUA	8.329	16.243	18.306	19.561	7.914	1.255	3.318	3,5	0,7	1,1	0,7	0,7	1,1	

Fonte: OCDE *Statistical Compendium* (1999/1). Elaboração própria.

\*Total de empregos em milhares; variação em termos absolutos. TCMA significa taxa de crescimento médio anual (em %).

<sup>1</sup> Exclui empregos incorporados pela unificação alemã (estimativa).

<sup>2</sup> Os dados da primeira coluna são de 1965 e não de 1960, como nos demais países.

Existe ainda um outro fator que explica parte da expansão da taxa de desemprego quando a analisamos sob uma perspectiva de mais longo prazo. Trata-se do emprego público que, ao lado da jornada de trabalho, teve papel decisivo na formatação de economias nacionais de pleno emprego durante as décadas de 1960 e 1970. A tabela 17 mostra que, entre 1960 e 1980, houve redução do número de postos de trabalho no setor privado nos países europeus e ampliação do estoque de empregos no setor público; portanto, o bom desempenho do conjunto do emprego naquele período, conforme revelam as informações da tabela 14, deveu-se, pelo menos nos casos dos países europeus, à criação de empregos públicos. A partir da década de 1980, e com mais ênfase ao longo dos anos 90 (como mostram os dados da tabela 17), a geração de postos de trabalho no setor público desacelerou-se fortemente,<sup>17</sup> tornado impossível ao conjunto do emprego repetir a *performance* de décadas anteriores, conforme vimos na tabela 14.

### CONCLUSÕES

Os dados apresentados neste artigo sugerem que a tese do chamado “crescimento sem emprego” não tem sustentação. Um dos principais argumentos dos defensores dessa tese é o de que o capitalismo, nos tempos atuais, estaria submetido a uma escalada de inovações tecnológicas de tal magnitude e de tal penetração nos demais setores de atividade que os ganhos de produtividade promovidos pelas novas tecnologias gerariam uma situação em que o crescimento econômico não seria capaz de gerar novos postos de trabalho, em termos líquidos. A extensão e profundidade dos novos paradigmas tecnológicos, segundo os ideólogos do “crescimento sem emprego”, condenariam uma parcela crescente de trabalhadores ao desemprego mesmo em momentos de expansão da atividade econômica.

Neste artigo, reunimos informações estatísticas que nos indicam que, olhando-se os ganhos de produtividade do trabalho sob uma perspectiva histórica, estamos vivendo, nas duas últimas décadas, pelo menos, um momento de declínio da taxa de crescimento da produtividade do trabalho, se a compararmos com as taxas vigentes na época do capitalismo de pleno emprego (anos 50 e 60).

Sendo assim, avaliando a evolução das taxas de desemprego ao longo dos últimos 40 anos, podemos considerar que sua expansão deveu-se, basicamente, a dois fatores: (a) à falta de crescimento econômico que se abateu sobre os países capitalistas desenvolvidos (especialmente os europeus) nos últimos 20 anos, contrastando com o que ocorria nas primeiras décadas do pós-guerra e (b) ao desmonte relativo do contrato social que foi construído naquele período de prosperidade, que se baseava, em poucas palavras, em uma maneira diferente da atual de repartição dos frutos dos ganhos da produtividade social gerada nas atividades produtivas.

O relativo desmonte do contrato social constituído no pós-guerra revela-se não somente na retração das taxas de crescimento dos respectivos produtos internos brutos dos principais países europeus, que provocam perda de dinamismo do setor privado em gerar postos de trabalho. As últimas décadas têm revelado também perda de dinamismo na criação de postos de trabalho no setor público, provavelmente por causa da deterioração do perfil do gasto público, cada vez mais comprometido com gastos com juros para servir às respectivas Dívidas Públicas Internas, em detrimento dos investimentos em infra-estrutura e em atividades do Estado de Bem-estar Social. Também a desaceleração do ritmo de redução das jornadas de trabalho parece ter tido um papel importante na perda de dinamismo na geração de postos de trabalho nos mercados de trabalho europeus, conforme sugerem as estatísticas dos exercícios de decomposição apresentados.<sup>18</sup>

O que o mundo do trabalho dos países desenvolvidos vem demonstrando, na verdade, não é exatamente uma situação inexorável de definitiva condenação de parcelas crescentes de pessoas ao desemprego. O desemprego é um problema, sem dúvida, mas a explicação não se encontra em uma tendência inescapável gerada por uma fatalidade tecnológica ou de qualquer outro tipo. O que está havendo no mundo do trabalho, aliás, não é simplesmente uma alta taxa de desemprego, mas uma completa deterioração das condições de trabalho, seja pelo lado da renda, seja pela crescente precariedade dos contratos de trabalho. A explicação para esse fenômeno de piora dos indicadores de emprego encontra-se na enorme dificuldade que tem sido encontrada pelos formuladores de política econômica dos países capitalistas (menos um pouco no caso dos EUA, por razões relacionadas à hegemonia americana)<sup>19</sup> em obter taxas de crescimento econômico sufi-

cientes para reincorporar aos respectivos mercados de trabalho nacionais pessoas que ora se encontram em situação de desemprego. Não se sustentam, também, os argumentos — muitas vezes usados para justificar fracassos das políticas econômicas neoliberais na geração de postos de trabalho — segundo os quais as pessoas, sob o capitalismo atual, estariam concedendo menor importância ao trabalho do que em outras épocas, ou dependeriam menos do trabalho para satisfazer suas necessidades econômicas. Não há informações que comprovem essas afirmações e há estudos que as negam.

A efêmera (mas expressiva) retomada do nível de atividades na economia europeia no período 1997-2000 sugere uma faceta ignorada pelos defensores da tese do “crescimento sem emprego”: hoje em dia, o crescimento econômico pode gerar até *maiores* quantidades de postos de trabalho do que em outras épocas, posto que estamos vivenciando, na verdade, uma época de crescimento da produtividade do trabalho *menor* do que durante os chamados Anos Dourados. O problema não é o crescimento econômico, mas a falta dele! Ademais, é importante ainda destacar que a ruptura do contrato social que havia sido construído durante os Anos Dourados desestimula a criação de novos postos de trabalho, conforme mostramos no exercício de decomposição das tabelas 15 e 16. O recente exemplo da França (de 1997 até o início de 2001) que conjugou a redução da jornada de trabalho com um período de retomada do crescimento econômico (graças, especialmente, ao aquecimento da economia americana — e depois da europeia — e à retomada das exportações europeias quando se acelerou a valorização do dólar perante as moedas europeias entre 1996 e 2000) reforça os principais argumentos que apresentamos neste artigo.

#### NOTAS

1. Na minha avaliação, podemos destacar, entre os analistas do meio acadêmico, especialmente Rifkin (1995). Ao seu lado há diversos outros acadêmicos, e também uma ampla gama de formuladores de política econômica e de consultores que, muitas vezes, usam desses argumentos, como dissemos, apenas para justificar uma suposta inexorabilidade de situações alarmantes de desemprego em países específicos.
2. Nesse caso, também temos um grupo heterogêneo, que reúne desde marxistas ortodoxos a ensaístas como Forrester (1997).
3. Inclui todas as formas de ocupação, desde o emprego assalariado até o trabalho autônomo e as formas de trabalho não-remuneradas em atividades urbanas ou rurais.

4. Elaborado com os dados anuais publicados pela OCDE, *Annual Labor Forces Statistics*. Tais publicações reúnem dados sobre as diversas formas de inserção dos trabalhadores nos mercados de trabalho nacionais (assalariamento, trabalho por conta própria, trabalho agrícola etc.), nos diferentes setores de atividade. Para o que nos interessa neste artigo, foram retiradas daquelas publicações as informações referentes ao assalariamento da mão-de-obra, independentemente do setor de atividade em que se insere o trabalhador.
5. Citemos aqui o caso da França. Segundo informações comentadas por Husson (2002), foram criados na França pouco mais de 2 milhões de empregos desde 1997, dos quais cerca de 1,5 milhão no setor privado. Essa alta do emprego permitiu reincorporar ao trabalho quase 1 milhão das pessoas que em 1997 estavam desempregadas. Segundo o autor, essa expansão do emprego deveu-se à conjugação de três fatores, a saber: (a) a retomada do crescimento econômico; (b) a redução da jornada de trabalho, depois da adoção da Lei das 35 horas; (c) o advento do “crescimento rico em empregos”, por causa dos baixos ganhos de produtividade dos postos de trabalho criados. Husson (2002) sublinha que a magnitude desse movimento de expansão do emprego representa “um recorde absoluto” na história econômica da França.
6. Somente entre 1995 e 1997, foram criados cerca de 1 milhão de postos de trabalho na indústria americana.
7. No caso europeu, a perda de vigor na criação de postos de trabalho no setor industrial relaciona-se a diversos fatores, mas entre esses o que mais se destaca é a perda de dinamismo econômico desse bloco de países especialmente a partir do início da década de 1980 — ou seja, a partir da adoção, por parte dos EUA, da chamada “política do dólar forte”. No final da década de 1990, com a forte desvalorização do euro e com a significativa aceleração da atividade econômica nos EUA (baseada esta na expansão dos déficits anuais na balança de serviços desse país), a economia e em especial a indústria européia vivenciaram um período de intensa recuperação baseada na expansão das exportações, que teve como um de seus resultados uma recuperação do nível de emprego industrial na maioria dos países desse bloco econômico.
8. Cf. BIT (1996/7).
9. Precárias quer pela renda insuficiente, ou pela relação contratual instável e sem proteção social (ou, na maioria dos casos, tudo isso junto).
10. Cf., entre outros, artigos presentes em Rodgers e Rodgers (orgs.) (1989) e em Freeman (ed.) (1994).
11. Cf. OCDE (1999), que apresenta estudo que mostra que a legislação de proteção ao emprego tem sido flexibilizada nos principais países capitalistas europeus, aumentando a pressão sobre os trabalhadores e obrigando-os a aceitar condições de trabalho cada vez mais adversas. Na verdade, essa flexibilização das leis trabalhistas tem sido acompanhada de uma rápida expansão de formas precárias de ocupação (ocupações de tempo parcial e/ou ocupações de caráter temporário), conforme demonstra a tabela 9, o que revela que os trabalhadores vêm empreendendo formas cada vez mais afanosas de inserção nos respectivos mercados de trabalho nacionais, compelidos que têm estado pelas necessidades de sobrevivência que lhes deixam, cada vez mais, como única alternativa pa-

ra a obtenção de uma renda qualquer, a obtenção de um posto de trabalho — da forma que for.

12. E voltaram a subir com a recente crise da economia americana, deflagrada no segundo semestre de 2001.
13. Nos EUA, a crise social manifestou-se principalmente na forma de concentração funcional e pessoal da renda e redução dos salários médios reais ao longo desses últimos 25 anos. Sobre a crise social americana, cf. Henwood (1999), Mishel e Bernstein (1994), Tilly (1996), *The New York Times* (1996) e Galbraith (1998), entre outros.
14. No caso dos dados sobre a Alemanha na tabela 14, deve-se lembrar que, entre 1990 e 1991, a base de dados incorpora os trabalhadores da antiga Alemanha Oriental. Se tivéssemos considerado apenas a evolução do nível de emprego entre 1991 e 1997, a taxa de criação de emprego seria muito diferente do dado apresentado na tabela 14; ou seja, tomando-se apenas o período 1991-1997, portanto já com dados da Alemanha Unificada (excluindo, portanto, o “salto” entre 1990 e 1991, quando são incorporados os trabalhadores da antiga Alemanha Oriental), a taxa média de crescimento do emprego da Alemanha se situaria próximo de zero — repetindo o padrão encontrado nos demais países europeus considerados. No que se refere à taxa de crescimento médio da produtividade na Alemanha (tabela 13), deve-se levar em conta que os dados também incorporam o grande contingente de trabalhadores da antiga Alemanha Oriental. Deixando de lado esse “salto” na série histórica dos dados (entre 1990 e 1991), e adotando o critério de considerar apenas a evolução dos indicadores entre 1991 e 1997 (ou 1998, dependendo da tabela em questão), os resultados são bastante semelhantes aos dos demais países europeus. Deve-se lembrar, de qualquer forma, que todas as conclusões relacionadas à Alemanha devem ser interpretadas com cuidado, pois a economia da Alemanha Unificada tem características diferentes da economia da antiga Alemanha Ocidental. Por fim, é importante salientar que, na década de 1980 (portanto, ainda sem a incorporação dos ocupados da Alemanha Oriental), a evolução dos indicadores de PIB e de emprego da economia alemã (com informações, portanto, apenas da então Alemanha Ocidental) seguiam o mesmo padrão dos demais países europeus. Logo, deve-se olhar sempre com cuidado as informações da Alemanha. Da forma como as estatísticas alemãs têm sido divulgadas, pode parecer, à primeira vista, que a economia alemã tem demonstrado maior dinamismo do que as demais economias européias desenvolvidas, mas isso não corresponde aos fatos. As principais conclusões apresentadas neste trabalho não podem ser nem reforçadas nem rejeitadas por uma análise específica da economia alemã. Na economia alemã, assim como nas demais economias mencionadas neste estudo, há evidências suficientes de que, nos anos 80 e 90, a ampliação da taxa de desemprego deveu-se à perda de dinamismo do PIB e ao relativo desmonte social do Estado de Bem-estar que foi constituído nos anos 50 e 60 (também na Alemanha — antes e depois da Unificação — houve desaceleração do ritmo de redução da jornada média de trabalho e redução da trajetória de criação de empregos públicos).
15. Ou seja, incluem-se aqui não apenas o emprego assalariado, mas as diferentes formas de ocupação.

16. A decomposição da taxa de desemprego pode ser feita da seguinte forma, partindo-se da própria definição de desemprego:  $TD = (PEA - N) / PEA$  ou  $1 - TD = N / PEA$ .

O emprego se deduz pela relação entre o PIB e a produtividade do trabalho. Esta produtividade pode ser transformada em produtividade horária, se decomposta pela duração da jornada de trabalho. Assim, pode-se afirmar, inicialmente, que  $N = PIB / PROD$  e que  $PROD = PRODH * DAT$ , onde:

$N =$  emprego;

$PROD =$  produtividade do trabalho (produção anual por trabalhador ocupado);

$PRODH =$  produtividade horária do trabalho (produção anual por trabalhador ocupado, por hora);

$DAT =$  duração da jornada de trabalho (em horas anuais).

Além disso, pode-se decompor a PEA (população economicamente ativa) em  $TP * POPIA$ , sendo  $TP =$  taxa de participação e  $POPIA =$  população em idade ativa (nos dados da OCDE, toda a população entre 15 e 64 anos de idade). Desta forma, reagrupando a equação definida acima, teremos:

$$1 - TD = N/PEA = \frac{PIB / (PRODH * DAT)}{TP * POPIA}.$$

A identidade mostra que a variação anual da taxa de desemprego (em pontos percentuais) é o resultado da soma da taxa de crescimento anual da produtividade horária do trabalho com a taxa de crescimento da duração anual do trabalho e também com a taxa de crescimento anual da população em idade ativa e com a taxa de crescimento anual da taxa de participação ( $PEA/PIA$ ) — descontadas da taxa de crescimento do produto interno bruto (PIB) no ano. Em outras palavras, o aumento da produtividade horária do trabalho, bem como o aumento da população em idade ativa e o aumento da taxa de participação do mercado de trabalho atuam a favor de um aumento da taxa de desemprego, enquanto a redução da jornada de trabalho (média anual por trabalhador ocupado) e o aumento da produção (PIB) favorecem a redução da taxa de desemprego.

17. Em alguns casos, como na Itália e na Grã-Bretanha, houve redução do estoque de empregos públicos.
18. Sobre o papel desempenhado pela redução das jornadas de trabalho na geração de postos de trabalho nos principais países europeus durante os Anos Dourados, cf. Mattos (2000).
19. Infelizmente, não há espaço aqui para discutir a natureza da hegemonia americana atual e seus desdobramentos sobre as possibilidades encontradas pela economia americana de crescer mais do que a européia nos anos 90. Para isso, cf. Mattos (2001), Tavares (1997) e Belluzzo (1997).

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACOCELLA, N. (org.) (1999) *Globalizzazione e Stato Sociale*. Bolonha: Il Mulino.
- ATKINSON, A. B. (1995) *Incomes and the Welfare State: essays on Britain and Europe*. Cambridge: Cambridge University Press.

- AZNAR, G. (1994) *Lavorare meno per lavorare tutti-venti proposte*. Turim: Bollati Boringhieri Editore.
- BECK, U. (1997) “Capitalismo sem trabalho”. *Ensaio FEE* n. 35, Fundação de Economia e Estatística, Porto Alegre.
- BELLUZZO, L. G. (1997) “Dinheiro e as transfigurações da riqueza”. In: M. C. Tavares e J. L. Fiori (orgs.), *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis: Vozes.
- BIT (1996-7) *L’Emploi dans le monde*. Genebra: Bureau International du Travail.
- BLOCK, F. (1996) “Controlling Global Finance”. *World Policy Journal*, Fall.
- BLUESTONE, B., ROSE, S. (1997) “Unravelling an Economic Enigma: overworked and unemployed”. *The American Prospect*, March-April.
- CHESNAIS, F. (2001) “‘Nova Economia’: uma conjuntura específica da potência hegemônica no contexto da mundialização do capital”. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política* (SEP), n. 9, dez., Rio de Janeiro.
- (1996) *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã.
- EATWELL, J. (1993) “Unemployment on a world scale”. In: J. Eatwell (ed.), *Global Unemployment: loss of jobs in the 90’s*. Nova York: M. E. Sharpe.
- FIORI, J. L., LOURENÇO, M. S., NORONHA, J. C. (orgs.) (1998) *Globalização: o fato e o mito*. Rio de Janeiro: UERJ.
- FORRESTER, V. (1997) *O horror econômico*. São Paulo: Unesp.
- FREEMAN, C., SOETE, L. (1993) *Technical Change and Full Employment*. Londres: Basil Blackwell.
- (1994) *Work for All or Mass Unemployment? Computerising Technical Change into the 21<sup>st</sup> Century*. Londres: Pinter Publishers.
- FREEMAN, R. (ed.) (1994) *Working Under Different Rules*. Nova York: Russell Sage Foundation.
- FREYSSINET, J. (1999) “La Reduction du taux de chômage: les enseignements des experiences europeennes”. Première version provisoire. Conseil d’Analyse Économique. Paris: La Documentation Française.
- FUTURIBLES (1999) “Croissance économique et emploi: quelle relation?”. Paris: Futuribles.
- GALBRAITH, J. K. (1998) *Created Unequal: the crisis in american pay*. Nova York: Twentieth Century Fund Book.
- HOBBSBAWN, E. (1995) *Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Cia. das Letras.
- (1995) *Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*. São Paulo: Cia. das Letras.
- HUSSON, M. (2002) “Réduction du temps de travail et emploi: une nouvelle évaluation”. *Revue de l’IRES*, n. 38, 2002/1.
- (1999) “Fim do trabalho ou redução de sua duração?”. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, n. 5, dez., Rio de Janeiro.

- MATTOS, F. A. M. (2001) "Transformações nos mercados de trabalho dos países capitalistas desenvolvidos a partir da retomada da hegemonia americana". Tese de Doutorado. Instituto de Economia da Unicamp.
- (2000) "Jornada de trabalho: o exemplo europeu". *Nova Economia*, v. 10, n. 2, dez., Belo Horizonte.
- MICHIE, J., SMITH, J. G. (eds.) (1994) *Unemployment in Europe*. Londres: Academic Press.
- MISHEL, L., BERNSTEIN, J. (1994) *The State of Working America 1994-1995*. Economic Policy Institute Series. Nova York: M. E. Sharpe.
- OCDE. *Economic Outlook*. Paris: OCDE (vários números).
- (1999) *Perspectives de l'emploi*. Paris: OCDE. Jun.
- *Annual Labor Force Statistics*. Paris: OCDE (vários números).
- PAULA, J. A., CERQUEIRA, H. E., ALBUQUERQUE, E. M. (2000) "Trabalho e conhecimento: lições de clássicos para a análise do capitalismo contemporâneo". *Estudos Econômicos* (IPE-USP), v. 30, n. 3.
- PHILPOTT, J. (ed.) (1997) *Working for Full Employment*. Londres/Nova York: Routledge.
- RIFKIN, J. (1995) *O fim dos empregos: o declínio inevitável dos níveis dos empregos e a redução da força global de trabalho*. São Paulo: Makron Books.
- RODGERS, G., RODGERS, J. (1989) (orgs.) *Precarious Jobs in Labour Market Regulation: the growth of atypical employment in Western Europe*. Genebra: ILS/ILO.
- TAVARES, M. C. (1997) "A retomada da hegemonia norte-americana". In: M. C. Tavares e J. L. Fiori (orgs.), *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis: Vozes.
- , FIORI, J. L. (orgs.) (1997) *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis: Vozes.
- TILLY, C. (1996) *Half a Job: bad and good part-time jobs in a changing labor market*. Filadélfia: Temple University Press.
- WENGER, J. B. (2001) "Divided we fall: deserving workers slip through America's patchwork unemployment insurance system". Briefing Paper, Economic Policy Institute (<http://epinet.org>).